

# GÊNERO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: A EXPERIÊNCIA DA REDE DE MULHERES PESCADORAS DO SUL DA BAHIA<sup>1</sup>

## GENDER AND POLITICAL PARTICIPATION: THE EXPERIENCE OF THE NETWORK OF WOMEN IN FISHERIES IN SOUTHERN BAHIA

DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v20n2p171-179

### Resumo

A análise geográfica aqui adotada levou em consideração a participação da mulher na construção dos processos sociais em comunidades pesqueiras. Durante a pesquisa, na RESEX Canavieiras, foram levantados dados sobre a participação das pescadoras nas instâncias decisórias relativas à pesca artesanal, a fim de conferir visibilidade e ênfase à participação da mulher nas distintas formas de apropriação e uso desses espaços. Percebe-se que, apesar das conquistas quanto aos direitos trabalhistas das pescadoras, as mulheres ainda não têm autonomia para participar e assumir postos de direção nas instâncias decisórias da pesca artesanal. Contudo, essa realidade tem se alterado com a maior participação das mulheres nos espaços decisórios, sobretudo em Canavieiras, onde há o projeto da Rede de Mulheres Pescadoras do Sul da Bahia, que promove ações voltadas em prol de sua autonomia.

**Palavras-Chave:** Mulher; Pesca Artesanal; Participação Política; Produção e Reprodução do Espaço.

### Abstract

The geographical analysis adopted here took into account women's participation in the construction of social processes in fishing communities. During the research, RESEX Canavieiras, data on the participation of fishers in decision-making relating to artisanal fisheries were raised in order to provide visibility and emphasis on women's participation in different forms of ownership and use of these spaces. It is noticed that, despite the achievements regarding the labor rights of fisherfolk, women still do not have the autonomy to participate and assume positions of leadership in decision-making artisanal fisheries. However, this situation has changed with the increased participation of women in decision-making spaces, especially in Canavieiras, where there is the project of the Network of Women in Fisheries in Southern Bahia, which promotes actions in favor of autonomy.

**Keywords:** Woman; Artisanal Fisheries; Political Participation; Production and Reproduction of Space.

---

**MESTRE MARINA ALVES FIGUEIREDO**

INSTITUIÇÃO: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA - DF) e REGGSILA

<morennamarina@yahoo.com.br>

<sup>1</sup> Parte dos resultados deste artigo foi apresentado no II Seminário Latino Americano de Geografia, Gênero e Sexualidades.

## Introdução

Observa-se que, nas últimas décadas, houve significativo reconhecimento da importância da participação da mulher nos espaços públicos e privados. Tal fato vem motivando também transformações de ordem prática no cotidiano social. Neste artigo, considera-se a especificidade e o uso diferenciado dos recursos pesqueiros, fundamentado nas relações em que homens e mulheres estabelecem entre si e com a natureza, mediadas pelo trabalho na pesca artesanal.

Identifica-se, assim, que, na pesca, a mulher sempre exerceu papel importante, tanto na cadeia produtiva pós-captura e no tratamento do pescado para a venda, quanto na pré-captura e na confecção e remendo de malhas para pesca, como na atuação como pescadora e marisqueira. Cada vez mais, as mulheres participam das colônias e associações de pescadores e marisqueiras. Esta maior participação política nos espaços de decisão da pesca artesanal possibilita que estas pescadoras exerçam papel de agentes na gestão dos recursos pesqueiros, mais que isto, representa autonomia destas pescadoras na gestão destes recursos.

Verifica-se que à participação da mulher nos processos políticos e decisórios têm aumentado no setor pesqueiro. Contudo, em muitas comunidades as pescadoras não têm poder de decisão quanto a gestão dos recursos pesqueiros, carecendo, desta forma, de empoderamento destas mulheres. A participação das mulheres em espaços públicos de discussões nas diversas instâncias é fundamental para o exercício de cidadania das mulheres pescadoras. Assim, este artigo retrata a articulação política das pescadoras da Reserva Extrativista Canavieiras, que fazem parte da Rede de Mulheres Pescadoras do Sul da Bahia.

Para tanto, metodologicamente, primeiramente, foi realizado levantamento de dados bibliográficos e dados secundários em órgãos públicos bem como instituições de pesquisa e ensino e organizações não governamentais (ONGs) que atuam na área pesquisada. Concomitantemente, foram coletados dados a partir da participação em eventos que debatiam os temas tratados nesta pesquisa, tais como seminários, encontros e discussões estaduais e nacionais sobre pesca artesanal e sobre gênero, incluindo os encontros da Rede de Mulheres Pescadoras do Sul da Bahia, em três trabalhos de campo ao longo de 2012, no qual foram aplicados questionários e realizadas entrevistas, posteriormente transcritas, analisadas e descritas ao longo deste texto. Assim, compondo o artigo, após esta introdução revisitou-se, brevemente, a literatura sobre participação política, gênero e autonomia seguida da experiência desta Rede.

## O estado da arte: Gênero, Autonomia e Gestão Participativa do Espaço

Na discussão proposta neste trabalho, entende-se a participação política a partir da participação da mulher na tomada de decisões e em postos de direção. Não há dúvida da crescente participação das mulheres em instâncias políticas como câmaras municipais, estaduais e federais. No entanto, esta pesquisa visa avaliar a participação da mulher pescadora nas instâncias consultivas e deliberativas quanto à gestão dos recursos pesqueiros na Reserva Extrativista (RESEX) Canavieiras, considerando que o acesso, o gerenciamento, o uso dos recursos pesqueiros e a tomada de decisões são diferenciados pela condição de gênero. Nos últimos anos, cresceram as reflexões, articulações e manifestações de movimentos de mulheres e feministas em torno do acesso ao poder pelas mulheres (GROSSI; MIGUEL, 2001).

Para Sen (2010), as mulheres lutam não só por condições justas de direitos relacionados à promoção e ao seu bem estar, mas, sobretudo, por direitos voltados à sua condição de agentes ativas de transformações sociais. De fato, as mulheres têm menor participação nos espaços de discussões políticas no país e no mundo. Percebe-se que, para discutir gênero na política e na produção do espaço, são utilizados termos como empoderamento, autonomia e participação, que demonstram a necessidade de equidade entre homens e mulheres, e que tais termos são utilizados de maneira recorrente na luta por equidade. Cabe, portanto, discuti-los, sobretudo, por serem essenciais às reflexões e análises propostas nesta pesquisa.

De modo geral, empoderamento e participação política são termos utilizados por resoluções e tratados adotados no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa entidade financia o projeto da Rede de Mulheres Pescadoras das Comunidades Extrativistas Pesqueiras do Sul da Bahia, que é coordenado pela Associação Mãe da RESEX Canavieiras e é o foco deste artigo.

Entende-se o empoderamento como a realização, por si própria, de mudanças e ações que levam ao fortalecimento do processo de tomada de consciência e decisão. O empoderamento das mulheres refere-se ao processo em que essas refletem acerca de sua realidade, questionam as razões de sua situação na sociedade e, mais que isso, tomam consciência de sua habilidade e competência de produzir mudanças sociais. Contudo, a tomada de consciência não implica necessariamente em transformações sociais. Assim, o verdadeiro empoderamento depende de ação política.

Segundo Lorio (2002), a origem desse termo é atribuída tanto aos movimentos feministas como ao movimento negro, que, nos anos 1960, movimentaram o cenário político norte-americano, daí a etimologia inglesa da palavra (*empowerment*). Contudo, ainda para a autora, é

na interseção com gênero que o conceito de empoderamento se desenvolve tanto em nível teórico, como na forma de instrumento de intervenção na realidade nos anos 1970 e 1980. Para Lorio (2002), foi a partir dos anos de 1990 que se observou a expansão do uso desse conceito para outras áreas do debate sobre desenvolvimento, especialmente a partir das grandes conferências oficiais, notadamente a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 2005. Nessa Conferência, foi feita uma Declaração e um Plano de Ação, que estabeleciam estratégias e responsabilidades para os países.

Na Declaração de Beijing, definiu-se que o empoderamento da mulher e sua plena participação, a partir da igualdade em todas as esferas da sociedade, incluindo sua participação no processo de tomada de decisões e acesso ao poder, são fundamentais para o sucesso da igualdade, do desenvolvimento e da paz (Declaração de Beijing, 2005 apud BALLARA; VALENZUELA, 2011).

Para Sardenberg, Capibaribe e Santana (2008, p. 02), “o empoderamento implica na expansão dos limites de se fazer escolhas estratégicas, num contexto no qual isso era antes impossível/proibido/negado”. Segundo Costa (1999), o processo de empoderamento da mulher assume formas democráticas, que constroem novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas.

Pode-se, então, pensar o empoderamento como resultante de processos políticos no âmbito dos indivíduos e da coletividade. Para Horochovski e Meirelles (2007, p. 486), “empoderar é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão”.

O verdadeiro empoderamento necessita de autonomia, pois se refere à capacidade dos indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito. Assim, cabe discutir o conceito de autonomia que, segundo Castoriadis (1982), engloba dois sentidos, o de autonomia social e o de autonomia individual. Para o autor, a autonomia social refere-se às instituições e às condições materiais que devem garantir igualdade de chances de participação em processos decisórios. Contudo, não se resume à infraestrutura, pois as relações sociais e de trabalho também precisam ser pautadas na autonomia como meio e como fim. Já a autonomia individual depende de circunstâncias individuais e psicológicas, mas também de fatores políticos e materiais. Castoriadis (1982) define a autonomia como um fazer que visa o outro, ou os outros como seres autônomos. Dessa forma, ele demonstra a dimensão social da autonomia, afirmando que sua realização só pode ser concebida plenamente como uma empreitada coletiva e como uma relação social.

Percebe-se que falar em empoderamento ou autonomia toca no cerne da participação nos processos políticos que dizem respeito às pessoas envolvidas em

tais processos. Desse modo, a participação das mulheres em espaços públicos de discussões é fundamental para o exercício de cidadania das mulheres pescadoras. Segundo Furriela (2002), participação pode ser entendida como a articulação do Estado, em suas diversas formas e espaços, com os sujeitos sociais, por meio de instrumentos de socialização da formulação de políticas públicas. No entanto, essa maior participação pública favorece que o Estado delegue a grupos como ONGs funções que cabem ao Estado enquanto agente regulador dos impostos pagos pela sociedade.

Todavia, a parceria entre o Estado e a sociedade civil organizada pode ser um caminho interessante para a co-gestão. De fato, a participação popular em tomadas de decisão para a criação e implantação de políticas públicas é um avanço. Para Jacobi (1999):

A participação popular se transforma no referencial de ampliação de possibilidades de acesso dos setores populares dentro de uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade civil e de fortalecimento dos mecanismos democráticos, mas também para garantir a execução eficiente de programas de compensação social no contexto das políticas de ajuste estrutural e de liberalização da economia (JACOBI, 1999, p.32).

Dagnino (2004) sugere a existência do que ela denomina como uma “confluência perversa” entre um projeto político democratizante, participativo e o projeto neoliberal, que marcaria hoje a luta pelo aprofundamento da democracia na sociedade brasileira. Para compreender o que a autora propõe como aprofundamento da democracia, cabe distinguir a democracia representativa, que é a vigente no Brasil, da democracia participativa, na qual, de fato, a população toma decisões quanto às políticas públicas. Em relação a essa democracia participativa, Dagnino aponta a necessidade de aprofundamento:

Como parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil (DAGNINO, 2004, p. 96).

Percebe-se, no contexto neoliberal, que o Estado controla cada vez menos setores estratégicos e que a delegação de setores essenciais à população para grupos empresariais privados ou organizações não governamentais por parte do Estado implica também na omissão do Estado perante os menos favorecidos. Contudo, essa parceria pode ser diferente, pois, talvez, o erro não esteja na co-gestão entre Estado e sociedade civil organizada, mas sim no modo como essa co-gestão é realizada. Nesse sentido, Jacobi (1999) reafirma o papel da participação popular para

fortalecer a sociedade civil, a democracia e a cidadania dos diversos atores sociais. Em suas palavras:

A participação social se caracteriza como um importante instrumento de fortalecimento da sociedade civil, notadamente dos setores mais excluídos, na medida em que a superação das carências acumuladas dependem basicamente da interação entre agentes públicos e privados, no marco de arranjos socioinstitucionais estratégicos. A participação social se enquadra no processo de redefinição entre o público e o privado, dentro da perspectiva de redistribuir o poder em favor dos sujeitos sociais que geralmente não têm acesso. Trata-se de pensar o ordenamento das diferenças dentro do marco de questionamento sobre o papel do Estado enquanto regulador da sociedade (JACOBI, 1999, p. 37).

Assim, as políticas públicas que preveem a gestão compartilhada, ou co-gestão de diversos setores da sociedade civil, podem ser uma ferramenta de melhoria na qualidade de vida da população local. A importância de se discutir e analisar a participação feminina nas instâncias políticas do setor pesqueiro advém também dos crescentes mecanismos de gestão compartilhada da pesca, como as reservas extrativistas marinhas que têm um conselho deliberativo para gerir os recursos pesqueiros.

No Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que é definido pela Lei nº. 9.985/2000, a criação das reservas extrativistas marinhas é um exemplo de política pública que estabelece a participação das comunidades locais nas tomadas de decisões. Tal ação reflete a importância de mecanismos participativos de gestão da pesca e incorpora novos instrumentos para que as diversas partes interessadas participem na formulação de decisões. Segundo Kalikoski e outros (2009):

A forma como se dá a implementação do sistema de gestão compartilhada na pesca diferencia-se, a depender do grau de participação efetiva das comunidades e do grau de devolução do poder do governo para as comunidades locais no processo de tomada de decisão (KALIKOSKI et al., 2009, p.152).

Contudo, a participação na tomada de decisão só se torna eficaz na medida em que se tem informação pertinente sobre aquilo que se decide. Para isso, a informação deve ser de qualidade, facilmente disponível, fidedigna, acessível aos interessados e útil ao processo. No entanto, isso também ainda não é suficiente, a informação deve ser apreendida para que possa sensibilizar as pessoas envolvidas no processo, e isso só se dá por meio da educação, pois o conhecimento social que visa às transformações sociais necessárias e positivas vai muito além de uma simples informação disponibilizada.

A partir disso, podemos falar de um dos maiores educadores do país, Paulo Freire, que discutiu autonomia

e participação num processo recíproco de aprendizagem. Em sua obra “Pedagogia da autonomia”, Freire (2011) aponta para o caráter emancipador e libertador da educação. Em suas palavras: “a autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, em experiências respeitadas da liberdade” (FREIRE, 2011, p. 105).

Falando em liberdade, é válido retomar a obra de Sen (2010), “Desenvolvimento como liberdade”, em que o autor distingue o que ele chama de tipos distintos de liberdade. No que diz respeito às pessoas sem liberdades políticas, essas são privadas de conduzir assuntos de suas vidas, sendo-lhe negada a oportunidade de participar de decisões concernentes a assuntos públicos – privações que restringem a vida social e política dos atores locais.

No caso do nosso foco, ou seja, as mulheres pescadoras a questão, então, é que a falta de liberdade política representa um entrave à luta destas mulheres por direitos previdenciários e trabalhistas, o que influi de forma negativa em sua efetiva participação nos movimentos sociais de pescadores e pescadoras. Em alguns casos, falta a essas mulheres um sentimento de pertencimento à categoria, repercutindo na participação feminina nas organizações civis da pesca artesanal, tais como colônias e associações de pescadores e marisqueiras.

No entanto, a experiência em Canavieiras mostra que a realidade pode ser outra, pois é justamente a luta por empoderamento e autonomia que tem feito essas mulheres participarem cada vez mais das associações de pescadores e marisqueiras, bem como fazer parte da colônia de pescadores, para buscarem melhores condições de trabalho. Essa maior participação feminina influi no reordenamento e na reorganização dos espaços de discussões no cotidiano.

Assim, as alterações no espaço de discussão, caracterizadas por uma maior participação das mulheres nesses lugares, demonstram que a produção do espaço geográfico, de fato se dá a partir de diferenciações de gênero, dotadas de cargas simbólicas e construções sociais de papéis e identidades. Silva (2003) aponta que a abordagem geográfica é caracterizada por uma invisibilidade do papel feminino na organização espacial. Mais que isso, Silva (2003, p.32) afirma ser importante “contemplar o conceito de gênero como categoria explicativa da produção do espaço e, também, para romper a perspectiva andrógena na produção do conhecimento geográfico”. Com esse intuito, será melhor discutido a seguir o aumento da participação das mulheres nos espaços de discussões relativos à pesca artesanal a partir da experiência da Rede de Mulheres Pescadoras do Sul da Bahia.

### **A experiência da Rede de Mulheres Pescadoras do Sul da Bahia**

A experiência da participação feminina nos espaços de decisão da pesca na RESEX Canavieiras é bem singular.

As mulheres dessa Reserva estão cada vez mais engajadas na luta pela garantia dos direitos relativos à manutenção da pesca artesanal em seu território. As pescadoras de Canavieiras fazem parte da Rede de Mulheres das Comunidades Extrativistas Pesqueiras do Sul da Bahia.

Essa Rede surgiu em 2009, a partir da percepção, por parte de uma técnica do Conservation International (CI), Jaqueline Rodrigues – que, na época, ocupava um cargo de especialista em áreas protegidas trabalhando nas RESEX Cassurubá, Corumbau e Canavieiras – de que as mulheres participavam das reuniões das associações e da Colônia, mas não tinham voz ativa nas decisões a serem tomadas, sendo excluídas dos processos decisórios na RESEX Canavieiras. Tal técnica é bióloga, mestre em ciência florestal e tem vasta experiência com atuação em ONGs e áreas protegidas. A elaboração do projeto foi sua e de seu marido, Erismar Rodrigues, que trabalha(ou) no ICMBio, entre os anos de 2007 e 2008, quando os mesmos residiram na comunidade de Atalaia, o que possibilitou um maior contato com as pescadoras locais.

Assim, o projeto nasceu com o intuito de capacitar, mobilizar e empoderar lideranças femininas nas comunidades de pescadores de Canavieiras, e foi viabilizado a partir de um edital do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), uma entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres.

A coordenação técnica envolvida para desenvolver o primeiro encontro das pescadoras foi composta por Jaqueline Rodrigues, a idealizadora do projeto, e Sara Araújo e Edna de Jesus, professoras do município de Canavieiras envolvidas no movimento e na luta para criação da RESEX. Percebe-se que a equipe técnica não é composta por pescadoras. Para o segundo projeto, que culminou no Encontro da Rede de Mulheres Pescadoras, à equipe técnica foi acrescida Aniram Lins Cavalcanti, pesquisadora da Universidade Estadual Santa Cruz (UESC), que desenvolve estudos na área, e Silvia dos Santos, que é uma liderança em Atalaia, irmã do presidente da Associação mãe da RESEX (AMEX).

A Rede de Mulheres abrange seis municípios do sul da Bahia, a saber: Belmonte, Una, Canavieiras, Ilhéus, Itacaré e Cabralia. O projeto espera colocar as mulheres no engajamento de luta por políticas públicas para a melhoria do trabalho da mulher na pesca artesanal. Para a articulação das pescadoras, o projeto tem atividades mensais, com reuniões em espaços de discussão para debater a situação da mulher na pesca artesanal. Essa articulação se dá por meio de contato por telefone e e-mail entre as coordenadoras do projeto e as pescadoras. A AMEX é a gestora do projeto e conta com parcerias para desenvolvê-lo.

A gestão do projeto por parte da AMEX denota que o processo de criação e implantação da Rede de Mulheres Pescadoras é verticalizado. A iniciativa e a estrutura que sustentam o projeto não partiram das pescadoras, apesar da

demanda dessas mulheres junto às associações por projetos que valorizem o seu trabalho na pesca artesanal. Contudo, a principal meta é o empoderamento das mulheres para a autonomia de realizar projetos e as próprias reuniões a partir da organização comunitária das pescadoras.

Como parte do processo de implantação da Rede, foi realizado um diagnóstico de cada comunidade para identificar e formar as lideranças-chave, levantar as instituições, colônias e associações presentes. Em uma segunda etapa do projeto, foram realizadas oficinas para avaliar a representatividade das mulheres pescadoras. Em cada comunidade, foram levantadas as reivindicações das marisqueiras. Segundo as coordenadoras, em entrevista cedida em 2012, as maiores dificuldades foram a falta de credibilidade inicial no projeto, a baixa auto estima das pescadoras que se desanimavam no processo, o coronelismo da região, advindo da fase do cacau, e a identificação da figura chave da comunidade para ser uma liderança política.

A Rede de Mulheres Pescadoras realiza encontros entre as pescadoras dos municípios vinculados à Rede para propor espaços de diálogos a partir das demandas das mulheres. No I Encontro da Rede de Mulheres Pescadoras, em junho de 2010, houve a presença de várias instituições que promoveram palestras de cunho esclarecedor para as pescadoras. Desse encontro, participaram cerca de 150 mulheres pescadoras.

As oficinas realizadas nas comunidades tiveram como temas geradores de discussão: equidade de gênero e políticas afirmativas dos direitos das mulheres, projetos para as mulheres que envolvam captação de recursos financeiros para compra de artefatos de pesca e embarcações, apoio à profissionalização na pesca artesanal e garantia dos direitos aos seguros previdenciários, e creches e escolas para que as mães possam desenvolver suas atividades produtivas na pesca artesanal (REDE, 2011).

A partir dessas oficinas, as pescadoras elencaram uma série de prioridades a serem realizadas. Entre essas prioridades, pode-se citar a necessidade de creches nas comunidades, o acesso a salário maternidade, o auxílio-doença, o auxílio-reclusão, o auxílio peculiar, a aposentadoria e o reconhecimento das doenças ocupacionais.

O projeto também promoveu cursos de capacitação para as pescadoras. O primeiro curso foi de capacitação de lideranças e tratou dos seguintes temas: equidade de gênero, associativismo e políticas públicas da Rede de Mulheres. O segundo curso de capacitação tratou dos temas: direito trabalhista; previdenciário e legislação pesqueira. Os fundos aprovados pela UNIFEM para a realização do projeto “Capacitação e Fortalecimento da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas do Sul da Bahia”, incluindo as oficinas, os cursos de capacitação e a realização do II Encontro da Rede, foram da ordem de U\$ 29.493,97(dólares americanos) o que é sem dúvida um

ótimo incentivo para o projeto como um todo. O projeto teve vigência de seis meses (REDE, 2011).

Nos dias 24 e 25 de março de 2012, ocorreu o II Encontro da Rede de Mulheres em Canavieiras, no qual essa pesquisadora esteve presente. Neste encontro, participaram mais de 300 pescadoras, e representantes de instituições que explanaram temas de interesse das mesmas. Como parte da programação, ocorreram palestras sobre equidade de gênero e políticas afirmativas dos direitos das mulheres, direitos humanos e direito das mulheres, geração de renda e agregação de valor aos produtos da pesca artesanal e da mariscagem, saúde da mulher e a importância das mulheres nos movimentos sociais. Composto a abertura, diversas lideranças identificadas durante o processo deram seus depoimentos, expuseram seus anseios e suas conquistas. No seu depoimento, Maria “do caranguejo”, conhecida assim por ser uma das lideranças da Associação de Catadores de Caranguejo, pronunciou:

A gente estava no escuro, agora não mais.  
A gente não está igual aos homens, mas  
estamos chegando lá (entrevista *apud*  
FIGUEIREDO, 2012).

Percebe-se com essa fala que as mulheres pescadoras estão conscientes de sua posição ainda subalterna em relação aos homens, mas engajadas na mudança das desigualdades vivenciadas por elas na pesca artesanal no setor produtivo.

A presença de representantes de instituições públicas no debate veio para esclarecer os questionamentos sobre os direitos das pescadoras nas diversas instâncias governamentais. No encontro, foi tratado também o tema da autonomia por meio da inclusão produtiva das mulheres, a partir da consolidação da situação de trabalho com a possibilidade de multiplicar as alternativas de renda, para consolidar a atividade principal e, assim, proporcionar autonomia profissional e também política.

Foram feitos trabalhos de grupos durante o Encontro com as pescadoras de cada município, a fim de avaliar a Rede e determinar os desafios e as perspectivas das mulheres. As representantes de Canavieiras apontaram como avanço o aumento do número de mulheres na Rede e colocaram como prioridade que a Colônia batalhe para que as mulheres possam ter sua aposentadoria com só dez anos de contribuição, ou recebê-la parcialmente, pois as mulheres obtiveram suas carteiras de pescadoras recentemente. Entre as demais prioridades, cita-se: angariar verbas para desenvolver atividades, obter maior espaço nas reuniões da Colônia Z-20, exigir escolas e creches para as crianças e médicos para as mulheres, criar uma delegacia da mulher e um conselho tutelar em Canavieiras, adquirir material de beneficiamento para seus produtos e definir o tempo de contribuição para a aposentadoria das marisqueiras.

No debate e na apresentação do plano de trabalho, elaborado pelas próprias pescadoras, foram definidos os

seguintes objetivos para o incremento de renda dessas mulheres: aquisição de embarcação com motor, agregação de valor aos produtos (tentativa de obter selo de origem), construção de um centro de beneficiamento de pescado, valorização do saber local comum, livro de receitas e histórias das comunidades, realização de intercâmbios, assistência técnica específica para pescadoras. O fato de as pescadoras elaborarem o plano de trabalho denota que, de fato, a Rede tem tido êxito na mobilização dessas mulheres.

As oficinas proporcionadas pela Rede de Mulheres Pescadoras possibilitaram a união e o debate das pescadoras em prol dos seus direitos. No entanto, as responsabilidades familiares, como o cuidado com os filhos e os idosos, dificultam a participação das mulheres nos espaços de discussão relativos à pesca. No evento, dezenas de mulheres estavam acompanhadas de seus filhos, bebês e crianças, que não tinham com quem ficar.

É de praxe que os seminários e encontros de mulheres desenvolvam atividades paralelas para as crianças. Normalmente, os encontros de movimentos sociais têm a “ciranda” que mantém as crianças com atividades. No entanto, as coordenadoras da Rede não prepararam nenhuma atividade para as crianças, falha parcialmente resolvida para o segundo dia do evento, em que foi providenciado um brinquedo pula-pula e um carrinho de algodão doce, para entreter as crianças enquanto as mães participavam das oficinas.

A mobilização feita pelo projeto da Rede de Mulheres Pescadoras, que culminou no II Encontro da Rede, tem mexido diretamente com a vida das mulheres envolvidas. De fato, elas têm aumentado o seu nível de conhecimento, esclarecimento e sua participação nos espaços de decisões políticas. Segundo o depoimento de algumas delas:

O projeto esclarece as dúvidas; traz conhecimento para as mulheres, assim, mexe com comunidades que não tinham esperança nenhuma, então traz conhecimento. No futuro vai trazer benefícios concretos, cursos. Além disso, tem intercâmbio entre as comunidades (entrevista *apud* FIGUEIREDO, 2012).

[O projeto] veio trazer o conhecimento que a gente nem sabia, a gente não conhecia nossos direitos, então quer dizer que já começou a melhorar para a gente. A gente participa de reuniões fora, a gente foi buscar informação, a gente está procurando todo dia melhorar as nossas atividades, a educação ambiental também porque a Rede de mulheres vem abrangendo tudo. A gente que somos pescadoras temos que cuidar mais, preservar a natureza, e a Rede vem demonstrar nosso trabalho porque nós somos pescadoras e a gente não era reconhecida (entrevista *apud* FIGUEIREDO, 2012).

Como uma das metas do Projeto é empoderar, é importante observar que, de fato, essas mulheres têm anseios de maiores conquistas na luta por equidade. Segundo uma entrevistada:

As mulheres buscando conhecimento e também reivindicando, sabendo quais são as dificuldades que ela passa na pesca, vai chegar o momento que vai ter projetos de benefício direto para essas mulheres. Então tem mulheres que não têm embarcação para pescar. No futuro a Rede de mulheres vai poder ajudar a conquistar embarcações para elas. Está precisando de creche nas comunidades, principalmente as que têm muitas crianças. O projeto no futuro com outros projetos, com outras secretárias do estado e federal, com ONGs, vai poder trazer coisas concretas para essas comunidades (entrevista *apud* FIGUEIREDO, 2012).

De fato, a transformação pessoal dessas mulheres, a mudança na auto estima e na confiança das mesmas e no orgulho de sua profissão são conquistas inestimáveis para as pescadoras. Segundo as declarações abaixo, a vida das pescadoras mudou:

Na minha vida mudou muita coisa, eu adquiri conhecimento que eu não tinha. Essa Rede de Mulheres veio trazer a possibilidade de eu viajar, de conhecer pessoas. Para mim foi muito bom, eu adquiri conhecimento, conheci comunidades e pessoas (entrevista *apud* FIGUEIREDO, 2012).

Na minha vida melhorou muito, muito, só o conhecimento que eu tenho já foi bastante, eu renasci, porque eu não enxergava nem eu mesmo, eu tinha vergonha até de mim mesmo. Se você me encontrasse dentro do manguezal eu tinha vergonha [...] mas hoje eu tenho orgulho de ser uma marisqueira (entrevista *apud* FIGUEIREDO, 2012).

Mudou o meu modo de, valorizar mais o meu trabalho como marisqueira e mulher (entrevista *apud* FIGUEIREDO, 2012).

Assim, as mudanças na RESEX Canavieiras têm se concretizado na luta pela sustentabilidade da pesca artesanal, considerando as especificidades de gênero, para a promoção de equidade e justiça social. Segundo as coordenadoras do projeto, a Rede almeja criar uma secretaria de mulheres, para atender as demandas das pescadoras, funcionando em caráter permanente na Associação Mãe da RESEX.

No entanto, há de se ter atenção quanto ao futuro do projeto, suas reais e concretas mudanças a curto, médio e longo prazos, pois o empoderamento de fato depende de contínua luta e participação do movimento social. Para Lobão (2010), empoderamento e gestão participativa

são conceitos introduzidos em sistemas sociais dos mais diversos possíveis, associados às políticas do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para os países do sul.

O autor cita alguns exemplos de projetos financiados por esses bancos, executados por ONGs e outras entidades sem fins lucrativos em que, passada a fase inicial de implantação do projeto, ao se afastarem do processo, não deixaram grupos e pessoas empoderadas de fato. Segundo ele, isso se dá em razão de equívocos dos modelos que preconizam a participação sem conhecer quais são os mecanismos pelos quais o poder circula nos diversos grupos. Em suas palavras:

Não sou contrário a que os grupos minoritários assumam o controle de suas próprias vidas, se é que “empoderamento” quer dizer isto. Não sou contrário à participação, se é para que todos os participantes tenham o mesmo poder de decisão. Não concordo com modelos de empoderamento para os grupos só aprenderem a dizer sim, a incorporarem novos personagens e ideais. Apenas para conservar seu chão, seu modo de vida, seu direito a continuar a ser o que eram (LOBÃO, 2010, p. 240).

Percebe-se com esta passagem a importância de monitorar a continuidade de tais projetos, para que os mesmos simplesmente não “passem” apenas como uma onda no mar. Para que estas comunidades estejam empoderadas para se organizarem e darem continuidade aos processos de lutas para conquistas de direitos tanto quanto ao trabalho como quanto aos territórios de pesca. No caso da Reserva Extrativista, um território de pesca, Cunha (2010), ao discutir a institucionalização da RESEX, mostra como as reivindicações do movimento social dos seringueiros, que foram os primeiros a lutar pela criação das reservas extrativistas, são incorporadas e instituídas como política pública, o que ocasiona mudanças no padrão de vida das lideranças, que deixam suas atividades extrativistas para cuidar da gestão dos projetos e das associações envolvidas com a gestão da RESEX.

Notadamente, o mesmo tem ocorrido na AMEX, entidade que tem a Rede de Mulheres Pescadoras como um projeto que integra um conjunto de ações realizadas pela associação. Parte da direção da AMEX é composta por lideranças que não estão mais exercendo atividade na pesca artesanal. Isso não necessariamente precisa ser visto como um problema, desde que a liderança possa ser também compartilhada evitando longos afastamentos da atividade pesqueira que podem afastar as lideranças da base. No caso da Rede de Mulheres Pescadoras, a coordenação que atualmente é composta por mulheres que não são pescadoras deve ser passada para as lideranças identificadas no processo de criação da Rede. Após cinco

anos de criação dessa Rede, está na hora das pescadoras, de fato, terem autonomia para tocar o projeto.

Independentemente dessas ressalvas, de fato, ocorreram mudanças significativas na qualidade de vida das mulheres, o que foi afirmado pela maioria das pescadoras entrevistadas ao longo do II Encontro da Rede de Mulheres Pescadoras. Assim, a Rede tem se mostrado exitosa na luta por equidade na pesca artesanal, servindo de modelo/exemplo para as demais reservas extrativistas marinhas.

### Considerações Finais

Nesta reflexão constatou-se que é importante dar visibilidade ao trabalho da mulher na pesca artesanal por meio do incentivo à sua participação nos processos decisórios dessa atividade. Nesse sentido, a Rede de Mulheres Pescadoras do Sul da Bahia tem se mostrado um projeto satisfatório ao utilizar-se da educação, por meio de oficinas e cursos de capacitação, para incentivar as mulheres a se engajar mais na luta pelo reconhecimento de seu trabalho na pesca artesanal, por seus direitos trabalhistas e para, de fato, liderarem e deliberarem no segmento, dando voz às necessidades e especificidades do trabalho feminino na pesca artesanal.

Assim, políticas públicas que adotem tal abordagem se fazem necessárias, incorporando a perspectiva de gênero no contexto das políticas em âmbito nacional, principalmente as políticas dirigidas à sustentabilidade dos ecossistemas, reconhecendo a mulher como agente de desenvolvimento aliado à conservação dos recursos pesqueiros. A determinação do defeso para as espécies de marisco é uma medida que asseguraria a promoção de igualdade e de direitos na pesca artesanal.

Desse modo, as políticas no setor pesqueiro têm que levar em consideração a dupla jornada de trabalho feminino, visto que há relações desiguais entre os sexos nas relações sociais presentes nas diversas instituições sociais, nos símbolos, nos códigos, nas práticas e nos discursos. Apesar das conquistas, as mulheres ainda são responsáveis por assegurar a manutenção e a reprodução da família. Ademais, as mulheres, por seu conhecimento e uso do espaço complementar ao dos homens, devem ter sua voz ouvida na formulação de leis e demais normas jurídicas.

### Referências

BALLARA, Marcela; VALENZUELA, Rodrigo. Género y cambio climático Contenidos – Curso: Género, cambio climático y medio de vida sostenible. Organización universitária interamericana, OUI, 2011.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade/ tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. Salvador: NEIM/UFBA, 1999. Disponível em: <[http://www.agende.org.br/docs/File/dados\\_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf](http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2011.

CUNHA, Cláudia Conceição. Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990 / Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

DAGNINO, Evelina. “¿Sociedad civil, participación e ciudadanía: de que estamos hablando?”. In: Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización. Daniel Mato (Org.), Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110, 2004.

FIGUEIREDO, Marina. Notas do trabalho de campo na Reserva Extrativista Canavieiras – BA. Município de Canavieiras, 2012.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

FURRIELA, Rachel Biderman. Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente. São Paulo - Annablume: Fapesp, 2002.

GROSSI, Mirian Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. Revista de Estudos Feministas, p. 167-206, ano 9, 1º semestre de 2001.

HOROCHOVSKI, Rodrigo; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, UFSC, Florianópolis, 2007.

JACOBI, Pedro. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. Revista Saúde e Sociedade. n. 8, 1º semestre, p. 31-48, 1999.

KALIKOSKI, Daniela. SEIXAS, Cristiana. ALMUDI, Tiago. Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: Avanços e desafios. Revista Ambiente & Sociedade. Campinas v. XII, n. 1, p. 151-172 jan.-jun. 2009.

LOBÃO, Ronaldo. Cosmologias políticas do neoliberalismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento / Ronaldo Lobão. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.

LORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégia de empoderamento e de direitos. In: Empoderamento

e direitos no combate à pobreza. Organizadores: Jorge O. Romano e Marta Antunes. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

REDE. Relatório da Rede de Mulheres. Capacitação e Fortalecimento da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas do Sul da Bahia. Realização: Associação Mãe dos Extrativistas da RESEX Canavieiras (AMEX), 2011.

SARDENBERG, Cecília. CAPIBARIBE, Fernanda; SANTANA, Carolina. Tempos de mudança, vidas em mutação: o empoderamento de mulheres na Bahia através de gerações. Fazendo gênero 8 – Corpo, violência e poder. Florianópolis, 2008.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta; – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. Revista de História Regional 8(1): 31-45, Verão 2003.

**Recebido em julho de 2015 e aceito em outubro de 2015**